

Novo plano de cargos no Senado

O Senado está iniciando neste momento uma ampla reforma administrativa, anunciada na semana passada, pelo primeiro-secretário Enéas Faria (PMDB/PR), quando foi constituída uma comissão especial por ato do presidente José Fragelli. Segundo o senador paranaense, a reforma a ser implantada decorre não só do compromisso por ele assumido ao tomar posse no cargo de primeiro-secretário, significando também o início de "uma longa caminhada em direção a uma nova e profícua administração para aquela casa legislativa".

Na mesma oportunidade e na presença também do diretor-geral, Lourival Zagonel dos Santos, foram entregues os diplomas aos servidores que participaram do II Curso de Treinamento em Administração Legislativa, promovido pelo Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal do Senado Federal.

A comissão especial criada para implantar a reforma administrativa terá o prazo de 90 dias para apresentar suas conclusões e será presidida pelo diretor-geral.

O ato que cria a comissão estabeleceu os seguintes itens para estudo: 1) — levantar todos os cargos e empregos existentes no Senado, dos quadros estatutário e CLT; 2) — estudar as tarefas atribuídas a cada cargo ou emprego; a fim de aferi-lo à luz das técnicas de avaliação de cargos; 3) — estabelecer uma hierarquia dos cargos, mediante classificação em bases técnicas; 4) — propor uma política de remuneração de cargos com base na avaliação salarial resultante da classificação proposta; 5) — definir critérios para o enquadramento dos atuais servidores no novo Plano de Classificação de Cargos; 6) — propor o novo Estatuto do Servidor do Senado Federal; 7) — examinar e, se for o caso, institucionalizar as chamadas retribui-

ções acessórias que, criadas em caráter temporário, se eternizaram (hoje seus ocupantes são os maiores prejudicados).

Ao explicar os objetivos da pretendida reforma, o senador Enéas Faria assinalou ser necessário atribuir tratamento uniforme para todos os servidores, baseado no sistema do mérito. Além disso, haverá promoção e acesso a todos os cargos da administração, pelo sistema competitivo e democrático do esforço pessoal. Da mesma forma, como enfatizou o Primeiro-Secretário, o Senado observará o critério de salário igual para trabalho igual, premiando os que produzem e racionalizando a máquina administrativa para produzir mais com menos esforço.

O presidente do Senado, José Fragelli, ao assinar o ato de criação da comissão especial, disse esperar para breve os seus resultados, a fim de que, ainda na atual gestão, sejam implantadas as medidas.